

REGISTRO DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS
SISTEMA DE PROCESSOS TRABALHISTAS DA 2ª
INSTÂNCIA - SPT2

Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais	<p><i>Desembargador do Trabalho Clóvis Valença Alves Filho;</i> <i>Email: encarregado.lgpd@trt7.jus.br;</i> <i>Formulário Eletrônico disponibilizado na Ouvidoria do Tribunal;</i> <i>Endereço para correspondência: Rua Desembargador Leite Albuquerque, nº 1077, Mezanino, Anexo I, Bairro Aldeota, CEP 60150-150, Fortaleza-CE;</i> <i>Telefones: 0800.280.1771/ (85) 32249639 / (85) 3388-9308</i> <i>(de segunda a sexta-feira, no horário de 7:30 às 15:30 horas, exceto feriados)</i> <i>Contato presencial: Rua Desembargador Leite Albuquerque, nº 1077, Mezanino, Anexo I, Bairro Aldeota, Fortaleza-CE (de segunda a sexta-feira, no horário de 7:30 às 15:30 horas, exceto feriados)</i> <i>WhatsApp: (85)991671607 (de segunda a sexta-feira, no horário de 7:30 às 15:30 horas, exceto feriados)</i></p>
Endereço e Telefone do Tribunal	<p><i>Av. Santos Dumont, 3384</i> <i>Aldeota - Fortaleza/CE</i> <i>CEP: 60.150-162</i> <i>Telefones:(85) 3388-9400 (85) 3388-9300</i></p>
Sítio institucional sobre a LGPD	<p>www.trt7.jus.br/lgpd</p>
Centros de Tratamento	<p><i>Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, UNIDADES JUDICIÁRIAS DA 2ª INSTÂNCIA:</i></p> <p><i>PRÉDIO SEDE:</i> <i>Av. Santos Dumont, 3384, Aldeota - Fortaleza/CE.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ● <i>Presidência</i> ● <i>Vice-Presidência</i> ● <i>Corregedoria</i> ● <i>Secretaria do Tribunal Pleno</i> ● <i>Seções Especializadas</i> ● <i>Secretaria da Segunda Turma</i> ● <i>Secretaria da Terceira Turma</i> <ul style="list-style-type: none"> ● <i>ANEXO I:</i> ● <i>Rua Desembargador Leite Albuquerque, 1077 – Fortaleza-CE - CEP 60150-150</i> ● <i>Gabinetes</i> ● <i>Ouvidoria</i> ● <i>Secretaria Judiciária</i>

REGISTRO DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

SISTEMA DE PROCESSOS TRABALHISTAS DA 2ª

INSTÂNCIA - SPT2

	<ul style="list-style-type: none"> • CEJUSC • Secretaria da Primeira Turma
--	--

SPT2	
Gestor do sistema	TRT7/SETIC - Secretaria de Tecnologia da Informação
Finalidade do tratamento	Registro de autuação e movimentação de processos físicos da 2ª Instância.
Titulares dos dados	Reclamantes, Reclamados e Advogados cadastrados nos processos.
Fonte do Dado	Titular
São tratados dados sensíveis?	Não
São tratados dados de crianças e adolescentes?	Em casos excepcionais, são tratados dados de criança e adolescente.(particularidades: segredo de justiça, menor, falência, idoso, e rito sumaríssimo). Alínea o, inciso I, art.28 do <u>Provimento TRT7 Conjunto n° 6/2009</u>
Enquadramento legal	Art. 7º da LGPD (...) II - para o cumprimento de obrigação legal (...)
Categoria de dados pessoais	<p>II - do registro das partes:</p> <p>a) nome completo e endereço; b) RG (e órgão expedidor); c) CNPJ ou CPF; d) CEI (número da matrícula do empregador pessoa física perante o INSS); e) NIT (número de inscrição do trabalhador perante o INSS); Consolidação dos Provimentos do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região 23 f) PIS ou PASEP; g) CTPS; h) pessoa física ou pessoa jurídica; i) empregado ou empregador; ; k) código do ramo de atividade do empregador; l) situação das partes no processo (ativa/não ativa).</p> <p>III - do registro de advogados e estagiários:</p> <p>a) nome completo; b) endereço; c) número de registro na OAB, letra, unidade da federação; d)</p>

REGISTRO DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS
SISTEMA DE PROCESSOS TRABALHISTAS DA 2ª
INSTÂNCIA - SPT2

	<p><i>situação no processo (ativo/não ativo, registro suspenso, data de início da suspensão, data do término da suspensão, registro cassado).</i></p> <p>IV - do cadastro relativo às partes e advogados: a) endereço; b) complemento (sala, bloco, apartamento, etc.); c) bairro; d) cidade; e) unidade da federação; f) CEP; g) telefone; i) correio eletrônico.</p>
Categoria de destinatários	Os dados pessoais não são compartilhados com outras entidades públicas ou privadas, mas são acessíveis para consulta pelos magistrados e serventuários do TRT7.
Transferência internacional	Não.
Prazo de conservação	As informações não são eliminadas, apesar da migração dos dados para o PJe - Processo Judicial Eletrônico. Prazo indeterminado.
Local de Armazenamento	Banco de Dados no Datacenter e no Site Backup do Tribunal. Além dos registros no sistema SPT2, os documentos pessoais são mantidos nos processos físicos na seção de arquivo.
Medidas de segurança	<p>As medidas de segurança implementadas correspondem com as previstas nos seguintes instrumentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>Provimento Conjunto TRT7 nº 6/2009</u> • <u>Consolidação do Provimento da Corregedoria Geral</u> • <u>Política e normas complementares de segurança da informação do TRT7;</u> • <u>Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TRT7.</u> • <u>DECRETO Nº 9.637/2018</u> que institui a Política Nacional de Segurança da Informação e dispõe sobre a governança da segurança da informação.

REGISTRO DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS
SISTEMA DE PROCESSOS TRABALHISTAS DA 2ª
INSTÂNCIA - SPT2

	<ul style="list-style-type: none">• Norma <u>NBR 27001/2013</u> - esta Norma especifica os requisitos para estabelecer, implementar, manter e melhorar continuamente um sistema de gestão da segurança da informação dentro do contexto da organização. Esta Norma também inclui requisitos para a avaliação e tratamento de riscos de segurança da informação voltados para as necessidades da organização.• Norma <u>NBR 27002/2013</u> - Esta Norma fornece diretrizes para práticas de gestão de segurança da informação e normas de segurança da informação para as organizações, incluindo a seleção, a implementação e o gerenciamento de controles, levando em consideração os ambientes de risco da segurança da informação da organização.
--	---